

# MARK G. SPENCER: HUME, HISTORIADOR\*

*HUME, HISTORIAN*

**Alana Boa Morte Café\*\***

Universidade Federal de Minas Gerais

*alanabmcafe@gmail.com*

## **Apresentação**

Ninguém negaria que a maior atenção dada ao trabalho de David Hume como historiador nos últimos tempos traz inúmeras vantagens para os estudos humeanos. Os comentários sobre a *História da Inglaterra* tanto fazem emergir novas perspectivas sobre problemas fundamentais da filosofia do autor que, de outro modo, pareceriam exaustivamente discutidos quanto lançam luz sobre problemas que foram anteriormente negligenciados por dizerem respeito às especificidades da prática historiográfica do autor. Dentre as vantagens da maior atenção dispensada à *História* de Hume, contamos com o crescente número de introduções de qualidade que tem sido disponibilizado ao público leitor.

Essa é uma vantagem nada desprezível. Qualquer especialista que esteve na posição de escrever uma introdução sabe dos desafios de traduzir seu objeto de estudo em um texto acessível para pessoas que não estão inteiradas dos debates envolvidos na interpretação de seu objeto. Uma exposição fácil que expresse problemas abstrusos requer uma perícia de conciliação cujos desafios o próprio Hume reconheceu. A esses desafios comuns podemos acrescentar os desafios particulares da *História*. A *História* pode não ser um texto de entrada fácil: sua dificuldade se deve menos a sua extensão, que o primor da prosa de Hume compensa, mas é sobretudo devida às múltiplas questões que Hume, frequentemente com grande sutileza, propõe-se a enfrentar na obra.

O capítulo que Mark Spencer escreveu para o compêndio *The Humean Mind*, e que disponibilizamos para os leitores de língua portuguesa da *Estudos Hum(e)anos*, deve ser contado entre os textos que souberam conciliar clareza de forma e densidade de conteúdo como é próprio de boas introduções. Antes de passarmos à leitura do capítulo, resta apenas elogiar uma qualidade que o distingue das demais introduções à *História*. ‘Hume, historiador’

---

\*Título original: “Hume the historian”. In: COVENTRY, A., e SAGER, A. (eds.). *The humean mind*, Routledge, pp. 287-299, 2018.

\*\* Revisão de Marcos Ribeiro Balieiro (Universidade Federal de Sergipe).

nos remete ao estado da arte dos estudos sobre a *História* ao mesmo tempo que nos familiariza com as opiniões dos contemporâneos de Hume sobre a obra. Ao abranger das primeiras resenhas até os estudos mais recentes, o capítulo consegue retratar o tipo de conversa que a *História* causou e causa desde sua publicação. Esse é um expediente sagaz de representar a riqueza do texto, já que cada época responde e confere significado às questões suscitadas pela *História* com sensibilidade e repertório peculiares.

Não é à toa que o capítulo de Spencer nos dá razão para acreditar que Hume se esmerou para compor uma obra que rendesse bastante assunto para conversação. Que a presente tradução sirva de convite para continuarmos conversando sobre a *História da Inglaterra* com prazer.

## **I Criando uma *História da Inglaterra***

Quem quiser conhecer Hume deve dar-se o trabalho [de conhecer] sua *História*? É vital que façam isso, Duncan Forbes defendeu. A *História* de Hume “é uma obra prima, Hume essencial e clássico. Ninguém que seja ignorante sobre a *História* pode dizer que conhece Hume” (Forbes, 1970, p. 8)<sup>1</sup>. Qualquer tentativa relevante de definir a “mente humeana” deve incorporar a *História* de Hume. E isso não é cumprir tabela. A *História* talvez seja o mais envolvente de todos os livros de Hume. Ela vendeu extremamente bem durante a vida de Hume, e suas vendas o tornaram rico. No século XIX, sua popularidade cresceu ainda mais. Enquanto a audiência geral da *História* diminuía no final do século XIX e no século XX, pelo menos estudiosos mostraram interesse renovado. Até hoje se travam debates sobre como é melhor ler a desafiadora – mas altamente agradável – *História da Inglaterra* de Hume. Esse capítulo esboçará sua criação, conteúdos básicos e significado, em parte com referência a sua recepção, perguntando-se o que foi que Hume almejou como um historiador. O primeiro dos seis volumes que compreendem o que hoje conhecemos como a *História da Inglaterra, desde a Invasão de Júlio Cesar até a revolução de 1688*, foi publicado em novembro de 1754 como a *História da Grã-Bretanha, volume I. Contendo os reinados de James I e Charles I*. Esse livro tratou do período dos reinados dos primeiros reis Stuart, abrangendo o turbulento governo de James I (1566-1625; reinado 1603-1625), a ascensão do parlamento e as destrutivas guerras civis inglesas (1642-1651) que puseram um fim abrupto ao reinado (1625-1649) e à vida (1625-1649) de Charles I, executado aos 49 anos. Esse

---

<sup>1</sup> Já que Hume claramente tinha em mente também suas leitoras mulheres quando ele escreveu a *História*, deve-se acrescentar um “ela” ao “ele” na declaração de Forbes.

volume também retrçou “um gênio mais livre e independente na nação” (H 5:19) e, de certa forma, permaneceu no centro da empreitada histórica de Hume. Em “Minha própria vida”, escrita próxima do fim de sua vida, Hume escreveu sobre sua intenção com sua *História* e a recepção que ela recebeu:

Pensei que fosse o único historiador que negligenciou a um só tempo poder estabelecido, interesse, autoridade e o clamor de preconceitos populares; e como o assunto se adequava a toda capacidade, esperei aplauso proporcional. Miserável foi meu desapontamento: fui atacado por um clamor de censura, desaprovação, mesmo detestação. Inglês, escocês e Irlandês; Whig e Tory; clérigo e dissidente; livre-pensador e religioso; patriota e cortesão, unidos em sua fúria contra o homem que ousou derramar uma lágrima generosa pela fortuna de Charles I e do Conde de Strafford. (H 1:XXX)

A recepção inicial da *História* nos mostra aspectos importantes sobre Hume, o historiador. Mas entender isso requer mais contexto.

O primeiro volume Stuart foi publicado apenas dois anos depois de ele ser eleito (em 1752) bibliotecário da biblioteca dos advogados em Edimburgo. Esse posto lhe conferiu acesso a uma boa coleção de livros, totalizando quase 30.000 volumes (Harris, 1966; Hillyard, 1989). Em “Minha própria vida” (que foi incluída à primeira edição póstuma da *História*, em 1778, e publicada na maioria das edições subsequentes), Hume escreveu: “Em 1752, a Faculdade de advogados me elegeu seu bibliotecário, um cargo pelo qual recebi pouco ou nenhum salário, mas que me deu comando sobre uma grande biblioteca. Formei assim o plano de escrever a *História da Inglaterra*” (H 1:XXX). Mas Hume provavelmente assumiu o posto porque ele já havia planejado escrever uma história da Inglaterra, como outros historiadores defenderam persuasivamente (Todd, 1983; Emerson, 2009). Também é certo que a *História* de Hume incorporou muitos estudos colhidos das estantes da biblioteca dos advogados. Também de outros lugares, de suas leituras na infância e juventude, da biblioteca do museu britânico, de papéis privados que ele buscou na Escócia, Inglaterra e França (Emerson, Spencer, 2014)<sup>2</sup>.

Com a ajuda do acervo da faculdade de advogados, o segundo volume da *História* de Hume foi rapidamente publicado depois do primeiro, em 1757. Na *História da Grã-Bretanha. Vol. II. Contendo a república e os reinados de Charles II e James II*, Hume olhou adiante dos

---

<sup>2</sup> Inclusive entre os clássicos, como trabalhos recentes têm deixado claro (Baumstark, 2010; Box e Silverthorne, 2013). Como M. A. Box e Michael Silverthorne mostraram, no seu ensaio “Da populosidade das nações antigas,” “Hume faz uso de todos os historiadores clássicos bem conhecidos, bem como de um grande número de outros escritores” (234).

primeiros Stuarts. O volume cobriu Oliver Cromwell (1599-1658; Lord Protector, 1653-1658), a restauração (1660), Charles II (1630-1685; reinado 1660-1685) e James II (1633-1701; reinado 1685-1688), trazendo os leitores de Hume do século 18 para a revolução gloriosa de 1688-1689 e para as reivindicações dinásticas dos Stuarts, agora despostos. Hume descreveu “uma luta constante”, “sustentada entre a coroa e o povo”. Foram tempos em que “privilégio e prerrogativa estavam sempre em discordância” (H 6:530). Historiadores Whigs e Tories, cujas obras ele buscou suplantiar, discutiram acaloradamente sobre a interpretação desses eventos. Mas Hume recomendou que “extremos de todos os tipos sejam evitados. E ainda que ninguém jamais tenha agradado facção alguma com opiniões moderadas, o mais provável é que é nelas que encontraremos verdade e certeza” (H 6:533-534). Ele seria um árbitro entre facções políticas, mas um que frequentemente julgou as histórias Tory certas.

Sua parcela seguinte foi publicada em dois volumes em 1759. Na *História da Inglaterra, sob a dinastia Tudor*, Hume recuou o olhar dos primeiros Stuart para os reinados dos monarcas Tudor, incluindo Henry VII (1457-1509; reinado 1485-1509), Henry VIII (1491-1547; reinado 1509-1547) e Elizabeth I (1533-1603; reinado 1558-1603). No relato de Hume, ela foi uma figura cujas “qualidades como uma soberana, embora com algumas exceções consideráveis, são objeto de aplauso e aprovação indisputadas” (H 4:353). Ainda que a *História* (assim como aquelas publicadas antes dela) tenha sido, em ampla medida, moldada pelos governos de reis e rainhas ingleses, Hume esforçou-se para incorporar – com frequência nos apêndices, como o de Elizabeth – sumários periódicos e adendos relacionados ao governo, economia, comércio, lei, religião, guerras, saber e as maneiras gerais das épocas. Hoje isso pode não parecer um esforço para produzir história social ou cultural, mas Hume incorporou mais do que era usual na época.

Em 1762, Hume publicou seus últimos dois volumes, a *História da Inglaterra, desde a invasão de Júlio Cesar até a ascensão de Henry VII*. Ele esboçou neles a história medieval e antiga da Inglaterra, abrangendo desde “as épocas remotas”, “envolvidas em obscuridade, incerteza e contradição” (H 1:3). Muitos de seus heróis eram “reis poderosos, inovativos, e agressivos que criaram o governo das leis a partir do caos” (Suderman, 2013, p. 13-138) – Alfred (849-899; reinado 871-899), William I (1028-1087; reinado 1066-1087) e Edward I (1239-1307; reinado 1272-1307). Contemporâneos de Hume acharam outros aspectos notáveis na abordagem de Hume. Escrever sua *História* indo cada vez mais para o passado, como Hume fez, levou um de seus primeiros críticos a comentar, em uma passagem que foi citada com frequência desde então: “como as bruxas dizem suas orações”, assim David Hume

escreveu sua história, “de trás pra frente” (Mossner, 1980, p. 302). O método de Hume de olhar em retrospecto confundiu muitos de seus leitores do século 18 e posteriores, mas era chave para sua compreensão do passado. O passado só poderia ser significativamente compreendido escavando as raízes profundas e frequentemente emaranhadas de eventos históricos anteriores e pensando historicamente sobre aqueles que os provocaram.

Completado seu *tour de force*, todos seus materiais puderam agora ser integrados e apresentados juntos em uma edição “completa” em quarto da *História da Inglaterra* em 1762. Em 1763, uma edição em oitavo em oito volumes também foi disponibilizada para aqueles cujas preferências ou orçamentos pedissem um formato mais barato. Durante sua vida, novas edições se seguiram em diferentes tamanhos e estilos, desde “Royal paper” até “small paper” (Todd, 1983, p. XX). Elas eram “corrigidas” com frequência, já que Hume remexeu seu texto até o fim (Slater, 1992; van Holthoon, 1997; van Holthoon, 2000). Contabilizaram-se centenas de edições póstumas até o final do século seguinte (Norton e Popkin, 1965)<sup>3</sup>. Hume foi muito mais longevo que a maioria dos historiadores. Seu sucesso se deveu a sua posição política, seus métodos e ao brilhantismo de sua prosa. Também foi importante que ele tenha oferecido a seus leitores explicações históricas melhores e de modelo inovador.

## II Hume sobre história antes da *História*

Não é possível apreciar exaustivamente os objetivos e realizações de Hume como historiador nesses seis volumes que cobrem um intervalo de mais de 1600 anos e totalizam bem mais que um milhão de palavras. Entretanto, podemos lançar alguma luz sobre sua perspectiva histórica e seu argumento. Hume sustentou frequentemente que ele buscou escrever uma história balanceada em sua abordagem do passado e divertida em sua apresentação. “A primeira qualidade de um historiador”, Hume escreveu para um amigo, “é ser verdadeiro e imparcial. A outra é ser interessante” (L 1:210)<sup>4</sup>. Ele cobiçava apresentar a história inglesa da perspectiva de um observador esclarecido. Seu posto preferido não se identificava com uma agenda ligada a uma seita particular ou partido político – essa era a perspectiva pela qual a história inglesa era comumente escrita antes de Hume. Negligenciando “poder estabelecido, interesse, autoridade e o clamor de preconceitos populares”, Hume buscou ser, e foi, inovador. Ele também viu que sua abordagem inovadora lançaria uma nova

---

<sup>3</sup> Em seu apêndice A: edições póstumas da *História da Inglaterra*, compilado em parte a partir do trabalho de T. E. Jessop.

<sup>4</sup> A carta de Hume, enviada em outubro de 1754, foi escrita a William Mure de Caldwell (1718-1776).

luz sobre o passado e o presente da Inglaterra e que isso permitiria ao historiador atrair mais leitores, de diferentes tipos.

O estudo do pensamento de Hume – histórico, mas também filosófico, econômico, político e outros – começou a beneficiar-se de estudiosos voltando alguma atenção das obras de Hume para a recepção inicial desses escritos<sup>5</sup>. Não que os leitores de Hume do século 18 ofereçam uma interpretação privilegiada a respeito dele. De fato, nem sempre os primeiros leitores da *História* foram perspicazes – ainda que às vezes eles fossem (Charles Carroll ou Carrollton [1737-1832] oferece um bom exemplo de um que foi). Mas mesmo os primeiros leitores menos perspicazes de Hume ajudam a iluminar os contextos em que ele escreveu (Fieser, 1996; Spencer, 2002; Jones, 2005; Spencer, 2005; Allan, 2013; Spencer, 2013; Towsey, 2013). Começamos a corrigir a disparidade que um comentador identificou uma década atrás: “apesar de sua grande popularidade, as respostas iniciais à *História* de Hume estão entre as áreas menos exploradas pelos estudos especializados” (Fieser, 2005, p. xiii)<sup>6</sup>. Começamos a ver com mais clareza que, com sua *História*, “Hume estava em parte criando, em parte respondendo a um novo mercado” (Wootton, 2009, p. 447) para histórias esclarecidas. Mirar o texto da *História* a partir de sua recepção inicial, assim, revela algo importante sobre os objetivos de Hume como historiador. Vamos começar, porém, recuando o olhar – recuando para o que Hume escreveu sobre o assunto da história antes de qualquer volume de sua própria *História* fosse publicado, escrito ou mesmo formulado, muito menos comprado ou lido. Esse olhar tem algo importante a dizer sobre esse historiador.

Em seus escritos publicados na pré-*História da Inglaterra* e na correspondência que nos restou, Hume tratou, em várias partes, dos objetivos de historiadores, o que faz sentido porque ele viveu em um mundo em que a história importava (Emerson, 2009, p. 104-115). Um texto em que ele trata disso é em “Do estudo da história”, um ensaio curto publicado pela primeira vez nos *Ensaio, morais e políticos* de 1741 e incluído nos *Ensaio e Tratados sobre diversos assuntos* até 1760, sendo após retirado. Esse ensaio relaciona o ofício do historiador a sua audiência, relacionando os interesses de um historiador aos de seus leitores. Hume concluiu “Do estudo da história” com estas palavras:

Os escritores de história, assim como os leitores, são suficientemente interessados nos eventos e personagens para apresentarem um sentimento

---

<sup>5</sup> Outros (Mazza e Ronchetti, 2007, p. 12) notaram essa tendência.

<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, especialistas também começaram a explorar o lado da “história dos livros” de Hume, inclusive pelo que isso nos diz sobre seu trabalho como historiador (Slater, 1992; Norton e Norton, 1996; van Holthoon, 1997; Sher, 2006; Emerson e Spencer, 2014).

vivaz de culpa ou aprovação. Ao mesmo tempo, eles não têm um interesse ou ligação particulares que lhes pervertam o julgamento (E 568)

O equilíbrio a que Hume se referiu em 1741 – entre “sentimento vivaz e “nenhum interesse particular” – informa sua atitude histórica em desenvolvimento e as histórias que ele escreveu. Em sua *Investigação sobre o entendimento humano*, publicada pela primeira vez em 1748, quando Hume estava começando a pensar mais seriamente sobre sua *História*, ele relacionou outra vez escritores e leitores de história. Aqui, ele considerou a importância de apresentar para o público leitor de histórias uma história que fosse uma cadeia de eventos conectados. Hume escreveu que uma narrativa histórica deveria ser conduzida por um “princípio de conexão”. Ele elabora:

a espécie mais usual de conexão entre os diferentes acontecimentos que figuram em qualquer composição narrativa é a de causa e efeito, pela qual o historiador traça a sequência de ações de acordo com sua ordem natural, remonta a suas molas e princípios secretos, e delinea suas mais remotas consequências. Ele escolhe como seu assunto uma certa porção dessa grande cadeia de eventos que compõem a história da humanidade e, em sua narrativa, esforça-se por abordar cada elo dessa cadeia (EHU 3.9)

Abordar a história desse modo não é sempre fácil: “Algumas vezes, uma inevitável ignorância torna infrutíferos todos os seus esforços; outras vezes, ele supre por conjectura o que falta em conhecimento” (EHU 3.9) Não há evidência que sugira precisamente quando Hume começou a escrever sua *História*, mas podemos conjecturar que essas reflexões na primeira *Investigação* foram escritas da perspectiva de alguém que começava a conhecer essas dificuldades em primeira mão – uma possibilidade que as cartas refletem. Em 1748, Hume escreveu para James Oswald de Dunnikier (1715-1769), mostrando que ele tinha começado a olhar a vida pelos olhos de um historiador:

Fui convidado pelo general St. Clair para acompanhá-lo em seu novo emprego na corte de Turim, o que espero que se prove uma jornada agradável, se não lucrativa para mim. Devo ter a oportunidade de ver cortes e campos. E se depois, tiver a sorte de obter descanso e outras oportunidades, esse conhecimento pode inclusive tornar-se útil para mim, como homem de letras, o que eu confesso sempre foi uma antiga ambição minha. Há muito tempo tenho a intenção, em minha idade madura, de compor alguma história. Não duvido que uma experiência maior das operações do campo e das intrigas de gabinete serão necessárias para permitir que eu fale com discernimento desses assuntos (L 1:109)

Hume conclui sua exposição na primeira *Investigação*: o historiador “está sempre consciente de que quanto mais coesa é a cadeia que apresenta a seu leitor, mais perfeito é o trabalho que produziu” (EHU 3.9)

Parte do que permitiu que historiadores construíssem suas cadeias, de acordo com Hume, era que os motivos humanos básicos eram constantes ao longo do tempo. De outro modo, como faríamos sentido de eventos e pessoas do passado ou presente? Hume escreveu:

A humanidade é tão semelhante, em todas as épocas e lugares, que, sob esse aspecto, a história nada tem de novo ou estranho a nos oferecer [ações humanas e motivos]... . Quer-se conhecer os sentimentos, inclinações e modo de vida dos gregos e romanos? Estude-se bem o temperamento e as ações dos franceses e ingleses; não se estará muito enganado ao transferir para os primeiros a maior parte das observações feitas sobre os segundos (EHU 8.7; SBN 83)

A ênfase em “a maior parte” é de Hume.

Várias questões nos ocorrem: a *História* era imparcial do modo que Hume queria que ela fosse? Como sua História balanceou “sentimento vivaz” e “nenhum interesse particular”? Qual o “princípio de conexão” que provê os elos da cadeia da *História da Inglaterra*? Como a história antiga da Inglaterra estava ligada aos tempos recentes? Ao longo dos anos, os leitores de Hume se fizeram essas e outras perguntas semelhantes acerca da *História*. Suas respostas têm sido surpreendentemente variadas, mas também fornecem contexto útil.

### III Olhando para trás, história e historiografia

Muitos contemporâneos imediatos e próximos de Hume, especialmente na Grã-Bretanha do século XVIII, viram o “princípio de conexão” da *História da Inglaterra* em termos negativos. Alguns viam a obra com suspeita por pensarem que a narrativa de Hume era conectada por um princípio de ceticismo religioso – história escrita pelo “grande infiel”. Como esperar algo diferente de um filósofo que escreveu contra milagres?

Para muitos desses críticos, e também outros, a história de Hume era didata por vieses políticos de tendência Tory. Eles viram Hume como um apologeta dos primeiros Stuart. Ele era o historiador que ousara derramar uma lágrima por Carlos I, que negou a existência da antiga constituição saxã e o jugo normando e que diminuiu a importância histórica do parlamento. Hume foi acusado de inclinações Tory na resenha de Roger Flexman (1708-1795) do primeiro volume, publicada na *The Monthly Review* em 1754. William Rose (1757-1828) disse algo parecido em sua resenha do segundo volume publicado na mesma revista em 1757. Thomas Birch (1705-1766), o reverendo Daniel MacQueen (-1777) e Owen Ruffhead (1723-1769) todos criticaram Hume por produzir um relato Tory antipático à religião.



Com a publicação da edição completa em quarto da *História* em 1762, mais e mais comentadores entenderam que o Toryismo era o princípio de conexão de Hume. Esse foi o caso em obras tais como *Observações sobre a “História da Inglaterra” do senhor Hume* (1778) de Joseph Towers (1737-1779), *Cartas sobre literatura* (1785) de John Pinkerton (1758-1826), *Uma visão história do governo Inglês* (1787) de John Millar (1735-1801) e *Lições de história e política geral* (1788) de Joseph Priestley (1788), entre outros. Havia importantes exceções a essas leituras contemporâneas de um Hume Tory. Nos primórdios da América, por exemplo, Hume era lido com mais frequência – pelo menos antes de 1800 – não como um Tory, mas como alguém que apresentou uma história do desenvolvimento lento da liberdade constitucional. Isso era aceito por muitos liberais americanos. Mas por volta dos anos iniciais do século dezenove – na Grã-Bretanha e América – Hume era mais frequentemente representado como um historiador Tory que buscou defender Charles I falsamente. Foi desse modo que George Brodie (1786-1867) leu a *História*, assim como muitos que leram *A história do império britânico* (1822) de Brodie, incluindo Thomas Jefferson (1743-1826), Francis Palgrave (1788-1861), Thomas Babington Macaulay (1800-1859), e John Stuart Mill (1806-1873), para citar alguns nomes influentes.

Ainda assim, a *História* se manteve constantemente impressa durante o século 19, publicada edição após edição, algumas ilustradas, continuadas, ampliadas ou embelezadas de outra forma. Outras resumidas ou até censuradas, tais como a *História da Inglaterra de Hume revisada para uso familiar* (1816), ou *Hume para estudantes* (1858), livros que sugeriam controversa recepção de Hume no século XIX. A imensa popularidade da *História* não passou despercebida por muitos de seus críticos, que acreditam que o sucesso de Hume se devia a sua escrita fluida. Como resultado, muitos críticos consideraram que o melhor era orientar leitores jovens ou, de outra forma, inadvertidos leitores, tomando-os pela mão e os conduzindo pelo texto de Hume, para que não fossem envolvidos por suas belezas.

Um desses foi John Baxter (datas desconhecidas). Thomas Jefferson elogiou *Uma história da Inglaterra nova e imparcial* (Londres, 1796) de Baxter e buscou viabilizar sua reimpressão na América em 1807. Ao mesmo tempo, Jefferson buscou banir a *História* de Hume da biblioteca da Universidade de Virgínia. Jefferson escreveu que Baxter “realizou uma boa operação” em Hume.

O texto de Hume lhe serviu de base, ele o resumiu omitindo alguns detalhes de pouco interesse. E no que quer que o encontrou empenhado em enganar, seja suprimindo uma verdade ou lhe dando falsas cores, ele mudou o texto

para o que deveria ser, de forma que podemos chamá-lo de a história de Hume, republicanizada. (Spencer, 2005, p. 253)

Outros seguiram o ilustre censor. William Smyth (1765-1849) buscou educar o ingênuo público geral da *História* de Hume, protegendo-o de sua sofistaria. Como colocou Smyth, ele seguiria Hume,

Passo a passo, por todo seu relato, mostrando quais de suas inferências eram justas ou injustas; quais de suas representações eram justas e quais de suas cores inapropriadas; quais seus erros, acima de tudo, quais suas omissões. Em resumo, quais eram os perigos e quais eram as vantagens que devem acompanhar uma performance tão competente e popular (Smyth, 1848 I, p. 128)

Em outras palavras, Smyth, Baxter e outros adulteraram o texto de Hume e buscaram contornar o que eles consideraram ser seu princípio de conexão Tory. No final do século 19 – à medida que a parte histórica de nossa história se transformava em historiográfica – havia poucas vozes discordantes a respeito do canto de um Hume Tory.

Estudiosos do começo do século XX pouco divergiram. Em 1926, J. B. Black escreveu:

A ideia de imparcialidade de Hume era peculiar. Ela não consistia tanto em estabelecer a verdade de fato – no sentido em que empregamos a palavra hoje –, mas a verdade de certas convicções filosóficas das quais ele partia como primeiros princípios. A conclusão é que ele não falsificou a história, intencional ou involuntariamente, mas que ele foi ousado o suficiente para medir personagens e eventos segundo um padrão mais ou menos absoluto... Um historiador moderno jamais pensaria, sequer por um momento, em empregar esse método, mas foi esse o modo pelo qual o philosophe do século 18 visualizou sua tarefa. (Black 1965: 93-94)

Foi contra essa leitura consolidada de Hume que Ernest C. Mossner se sentiu compelido a apresentar “An apology for David Hume, historian” (Mossner, 1941). A princípio, a defesa de Mossner pareceu ter pouco impacto. Pelos próximos 30 anos, descrições da suposta parcialidade de Hume se tornaram ainda mais elaboradas e continuaram a ser englobadas a críticas à historiografia iluminista como um todo. Em 1946, R. G. Collingwood depreciou a *História* de Hume como “polêmica e anti-histórica”. Hume e outras histórias iluministas eram meros “produtos da época” (Collingwood, 1946, p. 77).

Desde a década de 70, contudo, mais estudiosos se mostrara insatisfeitos com as interpretações da *História* de Hume como um tratado Tory protocolar, ou que media

irrefletidamente por padrões absolutos<sup>7</sup>. Eles propuseram outros princípios de conexão. Para Duncan Forbes, Hume não era um historiador Tory, mas um Whig “científico” ou “cético”, uma voz de moderação política (Forbes, 1975). Para Victor Wexler e John J. Burke, Hume se esforçou para atacar o mito Whig de uma antiga constituição, para “Acordar os ingleses de um sono dogmático”; Hume era anti-Whig, não Tory (Wexler, 1977, Burke, 1978). Para J. C. Hilson, Hume na *História* era um “Homem de sentimento”; para Donald Siebert, ele “reformulou o familiar personagem sentimental em um novo tipo que se poderia denominar de ‘herói do sentimento’” (Siebert, 1989). Para Philip Hicks, Hume era um historiador neoclássico que “se esforçou muito para observar protocolos antigos” que ele buscou reproduzir em sua própria escrita histórica (Hicks, 1996). Muitos outros consideraram que o princípio de conexão da *História* era seu relato do crescimento da liberdade constitucional moderna. Esse é caso apresentado coletivamente nos ensaios de Nicholas Capaldi e Donald Livingston, *Liberty in Hume’s History of England*, assim como na exposição de J. G. A. Pocock sobre a *História* em seu *Narratives of Civil Government* (Capaldi e Livingston, 1990; Pocock 1999). Outros buscaram enfatizar aspectos de Hume como historiador filosófico (Norton e Popkin 1965; Wertz 2000; Schmidt 2003), enxergando a filosofia de Hume como um guia sistemático para sua história ou, mais recentemente, estabelecendo uma cisão entre as duas (Harris 2015)<sup>8</sup>. A *História* foi vista como um texto conservador (Livingston 1984; Livingston 1995), liberal (Stewart 1963; Stewart 1992) e como uma promoção da Magna Carta como um ponto de inflexão no estabelecimento de um “fundamento constitucional” (Salb 2021, p. 152). Todos são, em alguma medida, persuasivos.

Vários estudiosos também problematizaram nossa compreensão do entendimento de Hume a respeito de distância histórica. Duas avaliações notáveis acerca disso são a de Nicholas Phillipson e Mark Phillips. Na última página de seu influente livro sobre Hume da série “Historiadores sobre historiadores”, Phillipson escreveu que Hume mostrou a “seres humanos:”

Como se distanciarem de seus passados e se dedicarem a perseguir pacificamente seus interesses no mundo material em que eles se encontraram. Pois era tão importante para o historiador filosófico liberar

---

<sup>7</sup> Mas não todos. Alguns (Okie, 1985) buscaram manter o Hume Tory. Veja F. L. van Holthoon para uma discussão de algumas das tendências historiográficas identificadas nesse parágrafo (van Holthoon, 2013)

<sup>8</sup> Hume como historiador figura proeminentemente no relato de Harris e é o assunto principal do capítulo 6, “O começo da História da Grã-Bretanha” e do capítulo 7, “Conclusão de uma História da Inglaterra”.

seres humanos do sacerdócio de historiadores quanto era liberá-los dos clérigos (Phillipson 1989: 141)<sup>9</sup>

Como veremos, há boas razões para pensar diferente, mas isso não impediu outros de interpretarem a *História* de modo semelhante a Phillipson.

Para Phillips, a *História* compartilhou os limites de outros relatos iluministas. Phillips identificou uma tensão no que ele chamou de “engajamento” e “desengajamento” na historiografia iluminista no geral e na *História* de Hume em particular (Phillips 2000, capítulo 2, passim). Hume, o historiador, escreveu ele, estava “olhando para trás, para uma divisão de época” (Phillips 2000, p. 76). Como Phillipson, Phillips defendeu que o passado de Hume era um mundo distante e remoto do presente<sup>10</sup>. Para apoiar essa leitura, Phillips citou o sumário que Hume apresentou sobre as maneiras dos partidos políticos, como surgiram após os efeitos polarizadores das guerras civis Inglesas:

Nenhum povo sofreu mudança mais completa e repentina nas maneiras que a nação inglesa durante esse período. De tranquilidade, concórdia, submissão, sobriedade, em um instante, eles passaram para um estado de facção, fanatismo, rebelião e quase frenesi. A violência dos partidos ingleses excedeu qualquer coisa que possamos agora imaginar. Nenhuma relação social foi mantida entre os partidos, nenhum casamento ou aliança firmados.... As maneiras das duas facções eram tão opostas quanto aquelas de duas das nações mais distantes (H 6:141).

Defendendo que para Hume essas facções do século 17 “serviam de constante lembrança de que aqueles dias eram muito diferentes dos nossos” (Phillips, 2000, p. 74), Phillips concluiu:

O único modo de entender as profundas transformações do século passado, Hume parece dizer, é trabalhar com os termos mais amplos disponíveis, é adotar, de fato, a estrutura antropológica com a qual os autores iluministas apresentam a entender as civilizações remotas ou as tribos bárbaras. De que outro modo pensar em um hábito de violência que ele considera estar além da imaginação atual? De que outro modo imaginar uma divisão social tão profunda que dividia os ingleses não meramente em duas nações, mas em duas nações distantes? (Phillips, 2000, p.76)

Essa interpretação das intenções históricas de Hume é útil apenas até certo ponto. Ler o relato de Hume sobre as guerras civis inglesas dentro do contexto mais amplo de sua discussão

---

<sup>9</sup> Em 2011, o livro de Phillipson foi reeditado em uma versão revisada como David Hume: o filósofo como historiador, Londres, Penguin Books.

<sup>10</sup> Phillips também apresentou essa posição mais recentemente, escrevendo: “Como Francis Palgrave colocou em um ataque abrangente a Hume, ‘o historiador deve considerar-se um intérprete entre duas nações e não pode executar bem suas tarefas, a menos que tenha vivido em ambas’ (Palgrave, 1844, p. 557). Não é necessário dizer que esse não era o modo pelo qual Hume ou os historiadores de sua época concebiam seu papel e seu trabalho certamente falharia em suas exigências” (Phillips, 2005, p. 310). Minha argumentação nesse capítulo é que Hume, como historiador, de fato pretendia e alcançou algo próximo do que Palgrave e Phillips consideravam mais deficiente.

sobre facção sugere uma leitura diferente. Hume se esforçou para considerar as facções da guerra civil no contexto de seus tempos. Com isso, ele acabou reconhecendo que mesmo as maneiras bárbaras não eram tão remotas quanto ele gostaria (afinal, ele viveu com tribais das terras altas) ou tão distantes quanto Phillips – e outros que veem Hume se distanciando do passado – supuseram.

#### **IV A História de Hume e contexto histórico**

Na sua *História da Inglaterra*, Hume não estava “distanciando” a si ou seus leitores do passado. Tampouco estava escrevendo uma história partidarista ou julgando eventos e atores de uma perspectiva a-histórica, contra um “critério absoluto”. Hume se esforçou, antes, para aprofundar-se no passado e trazê-lo para um foco mais nítido e próximo. Apenas então se encontraria uma perspectiva histórica para julgá-lo no contexto de sua própria época. Ele buscou unir “sentimento vivaz” com “nenhum interesse particular”. Ele não buscou demonstrar uma “uma divisão de época” entre quem viveu no século XVII e épocas anteriores, de um lado, e leitores do seu século XVIII de outro. Ele buscou mostrar, em vez disso, que entender as guerras civis inglesas ou qualquer outro evento ou pessoa do passado significava olhar adiante e para trás, em um esforço para situar o evento e seus agentes em um contexto histórico repleto de camadas. Isso significava olhar para as coisas e pessoas de pontos de vista altamente contextualizados e mesmo variáveis. Isso requeria dar crédito a consequências não premeditadas e estar ciente de idiosincrasias. A abordagem de Hume pretendeu julgar personagens históricos, suas decisões e ações, dentro dos limites e possibilidades de suas épocas, tanto quanto pudessem ser reconstruídos com os registros imperfeitos e incompletos com os quais historiadores trabalhavam ou traçavam conjecturas razoáveis. E ele convidou seus leitores a decidirem por conta própria sobre a história que ele apresentou.

Esse modo de ver as coisas se encaixa bem com a atitude de Hume quanto a julgar em outras circunstâncias. Hume frequentemente se mostrou confortável em conviver com incertezas que pareceriam incomodar outros em seu mundo. Ele foi até mesmo capaz de contentar-se quando julgamentos feitos a partir de vários pontos de vista não pareciam concordar. O esboço de caráter de Sir Robert Walpole (1676-1745) vem à mente:

Como um homem, eu o amo, como um estudioso, eu o odeio; como um BRITÃO, eu calmamente desejo sua queda. E se fosse eu um membro qualquer uma das casas, votaria a favor de removê-lo de ST. JAMES; mas

ficaria satisfeito em vê-lo aposentado em HOUGHTON-HALL, para passar o resto de seus dias em conforto e satisfação. (E 576)

Hume tinha consciência de que seus contemporâneos não estavam sempre dispostos a julgar desse modo. Alguns clamavam pelo impeachment de Walpole, outros por sua execução.

As cartas de Hume contêm muitas referências sobre os objetivos da *História*, como ele os enxergava, assim como um número surpreendente de comentários na recepção da obra. Frequentemente seus sentimentos eram transmitidos a amigos próximos para os quais ele não tinha motivos para mentir. Hume escreveu a John Clephane (-1758) em 1753: “Você sabe que não há posto de honra mais vago que o da história no Parnasso inglês. Estilo, julgamento, imparcialidade, esmero – tudo falta aos nossos historiadores. Mesmo Rapin, durante essa última época, é extremamente deficiente” (L 1:170). A história da Inglaterra do historiador francês Paul de Rapin-Thoyras’ (1661-1725) estava entre aquelas que Hume buscava suplantar. Em 1754, Hume escreveu a uma amiga, a sra. Dysart de Eccles (-1789), enviando-a uma cópia do volume um da *História*: “Sou Whig ou Tory? Protestante ou papista? Escocês ou inglês? Conto que vocês não concordem quanto a isso e que haja disputas entre vocês quanto aos meus princípios” (L 1:196). A correspondência de Hume, assim, sugere que Hume se esforçou ativamente para se assegurar de que o princípio de conexão de sua *História* não fosse ditado pelos interesses de qualquer partido, persuasão religiosa ou interesse nacional em particular. Antes, se acreditarmos na palavra de Hume, ele buscou desafiar as agendas que historiadores de vários partidos, seitas e países normalmente traziam consigo para contar a história da Inglaterra. De fato, foi por essa razão historiográfica que Hume começou a *História* onde começou. Ele escreveu em “Minha própria vida”: “comecei com a ascensão da casa Stuart, uma época quando, pensava eu, as deturpações das facções começaram a acontecer principalmente. (H 1:XXX). E era precisamente porque Hume buscou escrever como um espectador imparcial, sem tomar qualquer partido, que ele ficou tão perturbado pela recepção inicial da *História* e pelas tentativas persistentes de elencá-lo como um escritor partidário irrefletido. Aquelas respostas iniciais à *História* de Hume, muitas das quais foram citadas acima, nos ajudam a ver o quanto a abordagem iluminista de Hume parecia distante e estranha para seus contemporâneos.

Esse capítulo defendeu que Hume buscou julgar atores históricos e ações desde o contexto histórico de suas épocas. Mas à medida que os detalhes da história que Hume buscava contar, sem assumir a perspectiva de um interesse particular da época, se tornavam mais claros, Hume, o historiador, ficou preocupado que seus leitores vissem seus julgamentos ponderados como sendo um meio-termo forçado. Hume se preocupava que “moderação” seria

entendida como seu “interesse particular”. Em 1753, ele confidenciou para seu bom amigo, James Oswald:

Quanto mais avanço na minha empreitada, mais fico convencido de que a História da Inglaterra nunca foi escrita, não apenas devido ao estilo, o que é notório para todo o mundo, mas também pela matéria, tal é a ignorância e parcialidade de todos nossos historiadores. Rapin, por quem tinha estima, é totalmente desprezível. Posso estar sujeito à censura da ignorância, mas estou certo de escapar daquela de parcialidade. A verdade é que há tantos motivos para condenar e elogiar alternadamente o rei e o parlamento que temo que a mistura de ambos na minha composição, sendo tão igual, possa passar às vezes por afetação e não pelo resultado de julgamento e evidência. (L 1:179)

Hume não buscou ativamente estabelecer um meio-termo político, como Duncan Forbes, Nicholas Phillipson e outros consideraram. Antes, foram suas evidências que o levaram a tal. Para concluir, o que nossa perspectiva sugere sobre o primeiro volume Stuart que estava no âmago da história de Hume, e esteve no âmago das tentativas de entendê-lo como um historiador Tory, ou um que buscou distanciar-se do passado histórico? Para Hume, James I não se se apegou desesperadamente aos poderes monárquicos quando afirmou comandar “como um rei absoluto” (H 5:17). James estava apenas falando em uma língua a qual os ingleses “já estavam de algum modo acostumados pela boca de Elizabeth” (H 5:17). Além disso, a Câmara dos Comuns, nos “períodos anteriores do governo inglês”, tinha “um peso tão pequeno na balança da constituição que pouca atenção era dada, seja pela coroa, pelo povo ou pela própria casa à escolha e à permanência de seus membros” (H 5:13-14). Os problemas políticos de James, como caracterizados por Hume, não foram acarretados por suas supostas tentativas de expandir os poderes da monarquia como os historiadores Whig considerariam, mas resultaram, em grande parte, da personalidade autoritária do rei, um traço de caráter que Hume detalhou, e da dispersão de riqueza depois que os monastérios foram suprimidos, como Harrington argumentou.

Os “membros líderes” da casa eram “homens de gênio independente e visões amplas” que “Começaram a regular suas opiniões mais por consequências futuras que eles previam do que por precedentes que lhe eram presentes. Eles aspiravam menos a manter a constituição antiga e mais a estabelecer uma nova, mais livre e melhor” (H 5:42). Durante o reinado de James,

a constituição da Inglaterra era, nessa época, um tecido inconsistente, cujas partes incongruentes e discordantes logo teriam de destruir-se mutuamente e,

a partir da dissolução da antiga, gerar alguma nova forma de governo civil, mais consistentes e uniforme (H 5:60).

Charles I herdou a mesma constituição inglesa “ambígua”. Hume buscou julgar a conduta e o reino de Charles desde esse confuso processo histórico, não a partir de um contexto ilusório de um estabelecimento constitucional antigo, imutável e bem definido. Foi essa atitude que permitiu Hume derramar uma lágrima por Charles. Ela também informou a perspectiva pela qual ele viu o reinado de Elizabeth, quando ele recuou o olhar para ele. Lá ele resumiu em forma de pergunta, enterrada em uma nota de rodapé, como era comum que ele fizesse com passagens importantes: “Devo apenas perguntar se não está suficientemente claro a partir de todas essas transações que nos dois reinados seguintes [de James I e Charles I] foi o povo que invadiu o soberano e não o soberano que, como se alega, tentou usurpar o povo?” (H 4:403)

O contexto histórico oferecido em recuar ainda mais o olhar apenas confirmou o julgamento de Hume. Em setembro de 1757, ele escreveu de novo para Clephane:

Acredito que um homem, uma vez que seja um autor, é um autor para a vida toda. Estou agora muito ocupado escrevendo outro volume da História e retrocedi até o reinado de Henry VII. Gostaria, de fato, que tivesse começado por aí: dessa forma, sem qualquer digressão, pelo próprio curso da narração, eu seria capaz de mostrar quão absoluta era a autoridade que os reis ingleses possuíam e que os Stuart pouco ou nada fizeram além de continuar a situação segundo o antigo trato, que o povo estava determinado a não mais admitir. Dessa forma, eu teria escapado da censura do mais terrível ismo de todos, o de jacobitismo. (L 1:264)

Embora essa seja uma declaração sobre o desenvolvimento constitucional da Inglaterra, ela também é uma declaração sobre o valor do contexto histórico para entender e avaliar os atores e eventos do passado. Podemos até dizer que os elos na cadeia da iluminada *História da Inglaterra* de Hume foram maldados a partir do que foi sugerido por esse contexto. Como Hume colocou sucintamente no primeiro volume de história que ele publicou, “parece irrazoável julgar as medidas adotadas durante um período pelas máximas que prevalecem em outro” (H 5:240). Mas os leitores da *História* descobrirão que há muito mais que isso. Gostaria de agradecer a ajuda dos editores do volume, bem como a Roger L. Emerson, Marc Hanvelt e David R. Raynor, por oferecerem melhorias aos vários esboços desse ensaio. Meu trabalho sobre Hume como historiador se beneficiou do suporte financeiro fornecido pelo Social Sciences and Humanities Research Council of Canada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- Allan, D. "Reading Hume's History of England: Audience and Authority in Georgian England." IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Baumstarke, M. Hume's Reading of the Classics at Ninewells, 1749-1751, *Journal of Scottish Philosophy* v. 8, n. 1, 2010, p. 63-77.
- Black, J. B. *The Art of History: A Study of Four Great Historians of the Eighteenth Century*. New York: Russell & Russell, 1926.
- Box, M. A., Silverthorne, M. "The 'Most Curious & Important of All Questions of Erudition': Hume's Assessment of the Populousness of Ancient Nations." IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Burke, J. J. Hume's History of England: Waking the English from a Dogmatic Slumber. *Studies in Eighteenth-Century Culture* v. 7, 1978, p. 235-250.
- Capaldi, N. and D. Livingston (eds.) *Liberty in Hume's "History of England"*. Dordrecht, Boston and London: Kluwer Academic Publishers, 1990.
- Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Clarendon Press, 1946.
- Costelloe, T. M. Fact and Fiction: Memory and Imagination in Hume's Approach to History and Literature. IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Emerson, R. L. Hume's Intellectual Development: Part II IN Roger L. Emerson (ed.). *Essays on David Hume, Medical Men and the Scottish Enlightenment: "Industry, Knowledge and Humanity,"* Farnham: Ashgate, 2009.
- \_\_\_\_\_, Spencer, M. G. A Bibliography for Hume's History of England: A Preliminary View. *Hume Studies* v. 40, n. 1, 2014, p. 53-71.
- Fieser, J. The Eighteenth-Century British Reviews of Hume's Writings. *Journal of the History of Ideas* v. 57, 1996, p. 645-657.
- \_\_\_\_\_. Early Responses to Hume's "History of England, vols 7-8. IN: *Early Responses to Hume*, 2nd ed., 10 vols, Bristol: Continuum, 2005.
- Flexman, R. "Review of The History of Great Britain, Vol. 1. Containing the Reigns of James I and Charles I," *The Monthly Review*, v. 12, 1754, p. 206-229.
- Forbes, D. Introduction, IN: David Hume. *The History of Great Britain: The Reigns of James I and Charles I*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Hume's Philosophical Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

- Harris, J. A. *David Hume: An Intellectual Biography*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- Harris, M. H. David Hume: Scholar as Librarian, *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, v. 36, n. 2, 1966, p. 88-98.
- Hicks, P. *Neoclassical History and English Culture: From Clarendon to Hume*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 1996.
- Hilson, J. C. Hume: The Historian as Man of Feeling. IN: Hilson, J. C., et al. (eds.). *Augustan Worlds*. Bristol: Leicester University Press, 1978.
- Hillyard, B. (1989) The Keepership of David Hume, IN: Patrick Cadell, Ann Matheson (eds.), *For the Encouragement of Learning: Scotland's National Library 1689-1989*. Edinburgh: HMSO, 1989.
- Jones, P. (ed.). *Hume's Reception in Europe*, London and New York: Continuum, 2005.
- Livingston, D. W. *Hume's Philosophy of Common Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. On Hume's Conservatism. *Hume Studies* v. 21, n. 2, 1995, p. 151-164.
- Long, D. Hume's Historiographical Imagination. IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Mazza, E., Ronchetti, E. "Forward." IN: Emilio Mazza, Emanuele Ronchetti (eds.). *New Essays on David Hume*. Milan: FrancoAngeli, 2007.
- Mossner, E. C. An Apology for David Hume, Historian, *Modern Language Association Publications* v. 16, 1941, p. 657-690.
- \_\_\_\_\_. *The Life of David Hume*, 1 ed. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- Norton, D. F., Norton, M. J. (eds.) *The David Hume Library*. Edinburgh: Edinburgh Bibliographical Society, 1996.
- \_\_\_\_\_, Popkin, R. H. (eds.). *David Hume: Philosophical Historian*, Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1965.
- Okie, L. Ideology and Partiality in David Hume's History of England, *Hume Studies* v. 11, n. 1, 1985, p. 1-32.
- Phillips, M. S. *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_, Smith, D. R. Canonization and Critique: Hume's Reputation as a Historian." IN: Peter Jones (ed.), *Hume's Reception in Europe*. London and New York: Continuum, 2005.

- Phillipson, N. *Hume*. New York: St. Martin's Press, 1989. [Reissued in 2011 as David Hume: The Philosopher as Historian, London: Penguin Books.]
- Pocock, J. G. A. *Of Barbarism and Religion*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Rose, W. Review of The History of Great Britain. Vol. 2. Containing the Commonwealth and the Reigns of Charles II and James II. *The Monthly Review* v. 16, 1757, p. 36-50.
- Sabl, A. *Hume's Politics: Coordination and Crisis in the "History of England,"* Princeton: Princeton University Press, 2012.
- Schmidt, C. M. *David Hume, Reason in History*, University Park: Pennsylvania State University Press, 2003.
- Sher, R. B. *The Enlightenment and the Book: Scottish Authors & Their Publishers in Eighteenth-Century Britain, Ireland, & America*, Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- Siebert, D. T. The Sentimental Sublime in Hume's History of England, *The Review of English Studies* v. 40, n. 159, 1989, p. 352-372.
- Slater, G. Hume's Revisions of the History of England. *Studies in Bibliography*, v. 45, 1992, p. 130-157.
- Smyth, W. *Lectures on Modern History*, 2 vols. London, 1848.
- Spencer, M. G. (ed.) *Hume's Reception in Early America*. Bristol: Thoemmes Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *David Hume and Eighteenth-Century America*. Rochester: University of Rochester Press, 2005.
- \_\_\_\_\_(ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Stewart, J. B. *The Moral and Political Philosophy of David Hume*. Westport: Greenwood Press, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Opinion and Reform in Hume's Political Philosophy*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- Suderman, J. M. Medieval Kingship and the Making of Modern Civility: Hume's Assessment of Governance in The History of England. IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Todd, W. B. "Foreword," em vol. 1. IN: David Hume. *History of England: From the Invasion of Julius Caesar to the Revolution in 1688*, 6 vols. Indianapolis: Liberty Fund, 1983.

- Towsey, M. “The Book Seemed to Sink into Oblivion”: Reading Hume’s History in Eighteenth-Century Scotland. IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- van Holthoon, F. L. Hume and the 1763 Edition of his History of England: His Frame of Mind as a Revisionist. *Hume Studies*,v. 23, 1997, p. 133-152.
- \_\_\_\_\_. An Historian at Work [Editor’s Introduction]. IN: F. L. van Holthoon (ed.). *David Hume: A History of England*. A variorum edn, Charlottesville: InteLex Corporation, 2000.
- \_\_\_\_\_. Hume and the End of History. IN: M. G. Spencer (ed.). *David Hume: Historical Thinker, Historical Writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.
- Wertz, S. K. *Between Hume’s Philosophy and History*, Historical Theory and Practice, Lanham, MD: The University Press of America, 2000.
- Wexler, V. G. David Hume’s Discovery of a New Science of Historical Thought. *Eighteenth Century Studies* v. 10, 1977, p. 185–203.
- Wootton, D. (2009) David Hume: “The Historian”. IN: David Fate Norton and Jacqueline Taylor (eds.), *Cambridge Companion to Hume*, 1 ed. New York: Cambridge University Press, 1993.